



## 1                                    **ATA DA 52ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CSBH MÉDIO JAGUARIBE**

2    Aos 19 (dezenove) dias do mês de maio do ano de dois mil e dezessete, das 9:00 às 13:00  
3    horas, estiveram reunidos no auditório do Show Room do no município de Jaguaribara, os  
4    representantes das instituições membros do Comitê da Sub-Bacia Hidrográfica do Médio  
5    Jaguaribe, que teve como pauta: 1. Abertura; 2. Apresentação do Projeto Água Doce:  
6    Dessalinização nas Comunidades Rurais (SRH); 3. Apresentação da situação hídrica da  
7    Bacia do Médio Jaguaribe e apresentação da situação das adutoras de montagens rápidas –  
8    AMR's na bacia do Médio Jaguaribe (DNOCS). 4; Discussão dos usos Prioritários  
9    (Recursos Hídricos) na bacia do Médio Jaguaribe (SRH); 5. Informes/Encaminhamentos.  
10   Estiveram presentes: a Sra. Flaviana Guimarães de Lima – Instituto Regional de  
11   Desenvolvimento Sustentável do Semi-Árido – IRDSS – Tabuleiro do Norte; o Sr. Djavan  
12   da Silva Fernandes – Paróquia Nossa Senhora do Perpétuo Socorro; a Sra. Antonina Maia  
13   Diógenes – Associação Sócio Comunitária da Agrovila Riacho da Serra; o Sr. José Valderi  
14   de Almeida Pimenta – STTR de Iracema; o Sr. Expedito Diógenes – Sindicato Rural de  
15   Jaguaretama; Sr. Joseane Silveira de Moraes e o Sr. Raimundo Freitas – Sindicatos dos  
16   Trabalhadores (as) Rurais de Pereiro; Sr. Manuel Rivaldo Moreira – Sindicatos dos  
17   Trabalhadores(as) Rurais de Deputado Irapuan Pinheiro; o Sr. Antônio Laudo Clementino –  
18   Associação dos Pescadores do açude Castanhão; A Sra. Leidiane Christina de Oliveira –  
19   CAGECE; Sra. Damiana Alves Bruno – Associação Comunitária dos Assentados de Boa  
20   Esperança – Iracema; Sr. Francisco Carlos Pinheiro das Neves – Associação dos Produtores  
21   Rurais de Caraúbas – Alto Santo; o Sr. Francisco Edivando Feitosa Almeida – Associação  
22   dos Criadores de Tilápia do Castanhão – ACRITICA; o Sr. Deodato Celso Barroso Diógenes  
23   – Prefeitura Municipal de Alto Santo; Sr. Charles Martins Campelo – Prefeitura de  
24   Potiretama – Secretaria de Agricultura; Sr. Bruno Rafael Freitas – Prefeitura de Tabuleiro  
25   do Norte; Sra. Fabilla Cristianny – Prefeitura Municipal de Jaguaribe; Sr. Daniel Linhares  
26   Gonçalves – Câmara Municipal de Jaguaribara; Sr. André Leitão Mavignier e o Sr. Fernando  
27   Pimentel de Andrade – Departamento Nacional de Obras Contra as Secas – DNOCS; Sr.  
28   Francisco Edésio de Oliveira – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Ceará  
29   – EMATERCE – Jaguaribe; Sr. Luiz Amisterdan Alves de Oliveira – Secretária de Recursos  
30   Hídricos do Ceará – SRH; Sr. José Maria Freire – Secretaria de Desenvolvimento Agrário –  
31   SDA. A reunião foi iniciada pelo Sr. Daniel Linhares, presidente do CSBH do Médio  
32   Jaguaribe, que saudou a todos, leu a pauta da reunião e convidou o Sr. Cleilson Almeida,  
33   Analista em gestão de Recursos Hídricos do Núcleo de Gestão da COGERH/Limoeiro do  
34   Norte para dar procedimento a pauta da reunião. O mesmo apresentou a equipe da  
35   COGERH Limoeiro do Norte, representada também pelo Sr. Humberto Azevedo Analista do  
36   Núcleo Técnico e pelas Sras. Emília Régis e Maria Ley, apoios do Núcleo de Gestão. Em  
37   seguida, convidou o Sr. Carlos Campelo, Coordenador de Gestão de Recursos Hídricos da  
38   Secretaria de Recursos Hídricos – SRH, para fazer uma breve explanação sobre a legislação  
39   estadual de recursos hídricos, destacando as prioridades de uso previstas na legislação.  
40   Falou sobre as outorgas que está entre os instrumentos de gestão previstos tanto na Política  
41   Estadual, como na Política Federal de recursos hídricos. Informou que em situações de  
42   escassez, o uso prioritário dos recursos hídricos é o consumo humano e a dessedentação de  
43   animais. Apresentou a lei 9.433/1997, onde mostra que no artigo 7 estão previstos que os  
44   Planos de Recursos Hídricos são planos de longo prazo, com horizonte de planejamento  
45   compatível com o período de implantação de seus programas e projetos e conterà no  
46   mínimo as prioridades para outorga de direitos de uso de recursos hídricos. Destacou que

47 toda outorga está condicionada às prioridades de uso e deverá respeitar a classe em que o  
48 corpo de água estiver enquadrado e a manutenção de condições adequadas ao transporte  
49 aquaviário, quando for o caso, por exemplo estabelecer critérios gerais para a outorga de  
50 direitos de uso de recursos hídricos e para a cobrança por seu uso. Destacou ainda que de  
51 acordo com o Art. 38 da Lei 9.433/97, compete aos Comitês de Bacias Hidrográficas,  
52 aprovar o Plano de Recursos Hídricos no âmbito de sua área de atuação. Continuando,  
53 apresentou a Resolução nº 16/2001 do CNRH – Conselho Nacional de Recursos Hídricos,  
54 que estabelece critérios gerais para a outorga de direito de uso de recursos hídricos: I – as  
55 prioridades de uso estabelecidas; II – a classe em que o corpo de água estiver enquadrado,  
56 em consonância com a legislação ambiental; III – a preservação dos usos múltiplos  
57 previstos; e IV – a manutenção das condições adequadas ao transporte aquaviário, quando  
58 couber. Em seguida mostrou a Lei 14.844/2010 “Política Estadual de Recursos Hídricos”,  
59 destacando que entre os princípios estabelecidos no Art. 3, está previsto que o uso prioritário  
60 dos recursos hídricos, em situações de escassez, é o consumo humano e a dessedentação de  
61 animais. Já o Art. 4, estabelece como diretriz que a prioridade do uso da água será o  
62 consumo humano e a dessedentação animal, ficando a ordem dos demais usos a ser definida  
63 pelo órgão gestor, ouvido o respectivo Comitê da Bacia Hidrográfica; Art. 6 - A outorga de  
64 direito de uso de recursos hídricos é um ato administrativo de competência do Secretário  
65 dos Recursos Hídricos do Estado do Ceará, no qual será outorgado o uso de determinado  
66 recurso hídrico nos termos e condições expressas no ato respectivo, sem prejuízo das demais  
67 formas de licenciamento ambiental a cargo de instituições competentes. A outorga dá direito  
68 de uso de recursos hídricos tem por objetivo efetuar o controle do uso e assegurar o direito  
69 de acesso à água, condicionada às prioridades estabelecidas no Plano Estadual de Recursos  
70 Hídricos e nos Planos de Bacias Hidrográficas. A outorga estará condicionada às exigências  
71 desta Lei e das demais normas regulamentares, como também, dos critérios fixados pelo  
72 Conselho de Recursos Hídricos do Ceará - CONERH e pelo Conselho Nacional de Recursos  
73 Hídricos, no que couber. Destacou ainda que de acordo com o Art. 41, compete ao  
74 CONERH estabelecer critérios para a outorga de direito de uso de recursos hídricos, para  
75 execução de obras de interferência hídrica e para cobrança pelo uso dos recursos hídricos, e  
76 fixar o valor da respectiva tarifa ou preço público; Prosseguindo apresentou que o Decreto  
77 da Outorga Nº 31.076/2012, foi aprovado no CONERH, em 2012, a partir de minuta  
78 elaborada por um Grupo de Trabalho, o qual contou com participação de representante dos  
79 CBH's. O Art. 14 prevê que a outorga deve observar o Plano Estadual de Recursos Hídricos  
80 e os Planos de Bacias, em especial: I – Disponibilidade hídrica; II – Prioridade de  
81 abastecimento da população, a dessedentação animal e a vazão ecológica; III – A classe em  
82 que o corpo hídrico estiver enquadrado; IV – A promoção da preservação dos usos  
83 múltiplos; V – A prevenção de eventos críticos; VI – Assegurar a água para atuais e futuras  
84 gerações. No Art.15, a Outorga de direito de uso se defere na seguinte ordem: I –  
85 abastecimento doméstico e dessedentação animal, assim entendido o resultante de um  
86 serviço específico de fornecimento de água; II – abastecimento coletivo especial; III –  
87 outros abastecimento coletivos de cidades, distritos, povoados e demais núcleos  
88 habitacionais, de caráter não residencial, compreendendo o abastecimento de entidades  
89 públicas, do comércio e da indústria; IV – uso da água, mediante captação direta para fins  
90 industriais, comerciais e de prestação de serviços; V – uso da água, mediante captação direta  
91 ou por infraestrutura de abastecimento para fins agropecuários; VI – a data de protocolo do  
92 requerimento, ressalvada a complexidade de análise do uso ou interferência pleiteada e a

93 necessidade de complementação. Mostrou o quadro de cobrança e os valores de tarifas de  
94 água. Destacando que a definição desses valores é aprovada no CONERH e encaminhado  
95 para o Governo do Estado do Ceará. O Sr. Carlos Magno, enfatizou que que na Política  
96 Estadual de Recursos Hídricos existe subsídio cruzado de cobrança, em que os usuários que  
97 tem é maior potencial de pagamento (Indústria e abastecimento humano), subsidiam os  
98 segmentos com menor potencial de pagamento (irrigação e atividades agropecuárias).  
99 Informou os valores faturados por bacias em 2016, destacando que a bacia da região  
100 metropolitana é onde encontra-se a maior arrecadação, até porque é uma região em que a  
101 COGERH é mais exigente e tem maior fiscalização. Ao final da apresentação foi realizada  
102 a discussão sobre os usos prioritários para efeitos de emissão de outorga na sub-bacia do  
103 Médio Jaguaribe. O Pe. Djavan, falou que não concorda com os critérios apresentados, e  
104 afirma que o pequeno irrigante não tem muita prioridade e questiona se as indústrias por  
105 pagarem mais tem mais prioridades. O Sr. Calila, citou um exemplo do Dr. Cristiano Maia,  
106 presidente Associação Cearense de Carcinicultores, foi defender uma tarifa reduzida para o  
107 seu segmento e foi atendido. O Sr. José Maria, representante da SDA, perguntou se quando  
108 o usuário tem uma outorga e fizer reúso, ele terá bonificação desses valores. O Sr. Calila,  
109 respondeu que se tem reúso, consome menos e paga menos. O Sr. Edivando, representante  
110 da instituição ACRITICA, disse que preferia que o Governo cobrassem os imposto  
111 necessários, mais que a Secretária de Pesca desse uma assistência maior aos piscicultores de  
112 Jaguaribara, falou que se é para cobrar imposto que cobre, mas que garanta a atividade, pois  
113 existem muitos usuários necessitando desta que é a única fonte de emprego e renda de  
114 Jaguaribara, e ressalta que a lei só prioriza as indústria por pagarem um maior valor pelo  
115 consumido. O Sr. Charles, representante da prefeitura de Potiretama, fez críticas aos dados  
116 técnicos de valores do consumo das industrias, falou que a lei prioriza a questão financeira,  
117 e não os pequenos produtores, e que os impostos cobrados deveriam ser investidos na nossa  
118 região uma vez que toda água da Metropolitana provém da bacia do Médio Jaguaribe. O Sr.  
119 Joseane (STTR Pereiro) também criticou a questão dos valores da bacia da Metropolitana e  
120 que o Governo diz que a prioridade é humano e não é o que está acontecendo, comenta que  
121 precisam discutir mais esse assunto. O Sr. Elianildo representante da instituição ACRITICA,  
122 mostrou sua preocupação quanto a questão das liberações de água para Metropolitana,  
123 comentou que os municípios da região não são valorizados, pois o Governo prioriza a  
124 capital do Estado, criticou também a ausência dos prefeitos da região nas reuniões para  
125 defenderem as atividades dos seus municípios. O Sr. Manuel Rivaldo (STTR Milhã), falou  
126 que precisam ter conscientização nas indústrias, pois há muito desperdícios. A Sra. Damiana  
127 (Assentamento Boa Esperança), falou sobre as prioridades que não são corretas, relatou que  
128 as indústrias são priorizadas, pois os órgãos só visam dinheiro e isso gera emprego,  
129 questiona por que o pequeno produtor está sendo sacrificado e abandonado pelo governo e  
130 sugeriu que melhor seria refazer um plano mais adequado a realidade da região. O Sr. José  
131 Antônio, coordenador de pesca do município de Jaguaribara, falou que vem acompanhando  
132 todo consumo de água liberado do Castanhão em alguns anos e acha um absurdo e não  
133 concorda com os valores exposto na apresentação. O Sr. Expedito do Sindicato dos  
134 Produtores Rurais de Jaguaretama, comentou também que vem acompanhando as liberações  
135 para a metropolitana de Fortaleza, ressalta que na situação que se encontra o estado do  
136 Ceará é muito importante que os órgãos pensem em outra alternativa para as situações que  
137 iremos enfrentar, falou também que já havia falado com a diretoria de ter mais  
138 conhecimento desse cenário. Criticou as ações da SRH, sobre a interferência da policia na

139 questão de autuar os usuários, pois acha que não necessita de tanta punição para com os  
140 cidadãos. Após alguns questionamentos o Sr. Calila, respondeu aos participantes. O Sr.  
141 Daniel perguntou a plenária se iriam mudar alguma coisa? O Sr. José Maria, representante  
142 da instituição da SDA, falou que eles não tem como mudar o decreto e sugeriu que sai como  
143 uma proposta de encaminhamento para a mudança. O Sr. Cleilson, esclareceu que essa  
144 discussão foi uma proposta do Fórum Cearense dos Comitês de Bacias Hidrográficas -  
145 FCCBH, em que cada CSBH iria discutir as prioridades em sua bacia e ao final os  
146 encaminhamentos de cada bacia será encaminhada via FCCBH como uma proposta para o  
147 CONERH rediscutir as prioridades de outorga por bacia hidrográfica. Logo após as  
148 discussões, o colegiado **DEFiniu AS PRIORIDADES DE USOS PARA EMISSÃO DE**  
149 **OUTORGA NA SUB-BACIA DO MÉDIO JAGUARIBE**, como Proposta de alteração o  
150 Art. 15 do Decreto 31.076/2012, ficaria com a seguinte redação: **Art. 15 – A Outorga de**  
151 **direito de uso, dentro da bacia do Médio Jaguaribe se defere na seguinte ordem:** I –  
152 abastecimento doméstico e dessedentação animal, assim entendido o resultante de um  
153 serviço específico de fornecimento de água; II – abastecimento coletivo especial; III –  
154 outros abastecimento coletivos de cidades, distritos, povoados e demais núcleos  
155 habitacionais, de caráter não residencial, compreendendo o abastecimento de entidades  
156 públicas; IV – uso da água, mediante captação direta ou por infraestrutura de abastecimento  
157 para fins agropecuários; V – uso da água, mediante captação direta para fins industriais,  
158 comerciais e de prestação de serviços; VI – a data de protocolo do requerimento, ressalvada  
159 a complexidade de análise do uso ou interferência pleiteada e a necessidade de  
160 complementação. Ao final foi feita uma votação para ver se todos concordaria a proposta de  
161 alteração, resultado em 17 votos à favor e 02 votos contra. O Presidente do CSBH, Sr.  
162 Daniel Linhares, reafirmou que essa discussão será encaminhada pelo Fórum Cearense de  
163 Comitês de Bacias Hidrográficas ao CONERH Conselho Estadual de Recursos Hídricos,  
164 com uma solicitação de que o Conselho reveja as prioridades atualmente previstas em lei.  
165 Prosseguindo a pauta da reunião, o Sr. Daniel convidou o Sr. Ricardo Marques,  
166 Coordenador do Programa Água Doce da SRH, para a apresentação do Programa Água  
167 Doce. Iniciando o Sr. Ricardo falou que o Programa Água Doce (PAD) é uma ação do  
168 Governo Federal coordenada pelo Ministério do Meio Ambiente, por meio da Secretaria de  
169 Recursos Hídricos e Ambiente Urbano, em parceria com instituições federais, estaduais,  
170 municipais e sociedade civil. Mostrou que o programa tem por objetivo o estabelecimento  
171 de uma política pública permanente de acesso à água de boa qualidade para o consumo  
172 humano, incorporando os cuidados ambientais com a dessalinização. Busca atender  
173 prioritariamente comunidades difusas do semiárido. Apresentou o plano de trabalho  
174 distribuído em três fases; 1ª - FASE: diagnóstico; 2ª - FASE: Implantação e Recuperação de  
175 sistemas 3ª - FASE: Monitoramento e manutenção de sistemas. Detalhou a seguir o  
176 Diagnóstico socioambiental e técnico, com as informações levantadas no processo de  
177 diagnóstico: - Análise físico-química e bacteriológica das fontes hídricas utilizadas pelas  
178 comunidades; - Análise da salinidade do solo - Georreferenciamento dos principais pontos  
179 da comunidade; - Identificação dos potenciais beneficiários diretos. Passou a detalhar  
180 Etapas de realização do diagnóstico. 1ª Etapa: Diagnóstico sócio ambiental, em que ocorreu  
181 o diagnóstico do poço e do dessalinizador, foram visitadas 666 localidades em 48  
182 municípios do Ceará; 2ª Etapa: ocorre a seleção para realização da avaliação da capacidade  
183 de produção do poço, foram visitadas 444 localidades diagnosticadas na etapa anterior; 3ª  
184 Etapa: Avaliação da capacidade de produção do poço; 4ª Etapa: Seleção para elaboração de

185 projeto por comunidade; 5ª Etapa: Elaboração de projeto por comunidade. Serão  
186 diagnosticadas todas as localidades de cada município que possuam concentração de pelo  
187 menos, 20 famílias em um raio de 1 km, exceto aquelas devidamente especificadas pelo  
188 contratante; Concluindo apresentou um resumo do Programa que já encontra-se com a Fase  
189 I: DIAGNÓSTICO – concluída (666 diagnósticos realizados, 222 selecionados para  
190 execução); Fase II: IMPLANTAÇÃO E RECUPERAÇÃO DE SISTEMAS – ainda em  
191 Execução (222 sistemas + aditivo de 55); Fase III: MONITORAMENTO E  
192 MANUTENÇÃO DE SISTEMAS – em execução. Em seguida mostrou fotos de etapas de  
193 implantação dos sistemas e de capacitação das comunidades, em que todos os operadores de  
194 sistema são capacitadas e é feito um acordo de gestão. Finalizada apresentação, foi aberto  
195 espaço para discussão. O Sr. Bruno perguntou se eles eram voluntários, ele respondeu que  
196 sim. O Sr. Bruno perguntou também se implantasse no município dele quem vai comandar  
197 se era alguma associação ou a prefeitura. O Sr. Ricardo respondeu que essa definição ocorre  
198 no acordo de gestão, porém eles estão tentando construir uma parceria para que o SISAR  
199 gerencie esses sistemas. Finalizou agradecendo a todos. Prosseguindo o Sr. André  
200 Mavignier da administração central do DNOCS no Ceará, apresentou a situação das  
201 Adutoras de Montagem Rápida – AMR em execução pelo DNOCS, disse que havia feito um  
202 relatório de acompanhamento onde destacou a situação de algumas das adutoras, como;  
203 **Adutora do Triângulo**, valor R\$ 659.228,37, no município de Ocara e Aruaru, com  
204 extensão: 15.080 m, situação atual: obra 100% concluída, encontra-se ligada e operada;  
205 **Adutora São João do Aruaru**, localização: município de Morada Nova; Valor de R\$  
206 305.169,30; Extensão de 4.600 m, sendo 3.400,00 em aço, + 1.240,0 m em defoyo; Situação  
207 da obra concluída, ligada e em operação; **Adutora Mineiro**, localização: município de  
208 Jaguaribara; Valor do contrato R\$ 1.405.415,31; Extensão: 19.020,00 m; Situação atual:  
209 concluídos os serviços de instalação de tubos, com 95% de avanço físico; **Adutora**  
210 **Iracema**, localização: município de Iracema; Valor do contrato de R\$ 2.304.811,72;  
211 Extensão: 28.320 m, sendo 23.680,00 m em aço e 4.240,00 m em defoyo; Situação da obra:  
212 85% de avanço físico com previsão para o fim de maio. **Adutora Pereiro**, localização:  
213 município de Pereiro; Valor de contrato R\$ 4.712.322,33; Extensão: 36.480,00 m; Situação:  
214 assentados 26.000 m de tubos e 2660 berços, obra com 25%, de execução; o mesmo  
215 destacou que essa adutora tinha prazo de 6 meses e porém vai necessitar de aditivo de prazo,  
216 pois o projeto recebido não tinha detalhamento das elevatórias. Finalizou o seu relatório e  
217 agradeceu a todos. O Sr. Joseane perguntou se o DNOCS, havia feito um estudo sobre a  
218 adutora de Pereiro, por causa da altitude. O Sr. Charles perguntou se adutora de Iracema é  
219 emergencial e como poderia construir uma adutora dessa se o açude Figueiredo está seco. O  
220 Sr. André respondeu que o projeto de Pereiro prevê as instações elevatórias para vencer a  
221 altitude. Em relação ao Figueiredo, a adutora do foi construída pois acreditava-se que  
222 historicamente o Figueiredo tem tido recargas na quadra chuvosa, o que infelizmente não  
223 ocorreu neste ano. Após a sua fala o Sr. Daniel, sugeriu que fosse criada uma comissão para  
224 que todos tivessem conhecimento dessas adutoras e acompanhar a situação dos  
225 abastecimentos de cada município do Médio Jaguaribe, e elaborar um relatório para os  
226 gestores municipais ficarem a par da situação e para que haja mais cobrança nas ações  
227 hídricas dos municípios. O Sr. Cleilson, informou que todos os meses as concessionárias se  
228 reúnem para discutir as situações de abastecimentos das sedes e distritos dos municípios das  
229 bacias do Baixo e Médio Jaguaribe e dali saem os encaminhamentos das situações de cada  
230 município. O Sr. Bruno, representante da prefeitura de Tabuleiro, sugeriu que após essas

231 reuniões fossem repassadas todas as informações para o comitê. Prosseguindo a reunião, o  
232 Sr. Daniel convidou o Sr. Humberto Azevedo, para dar início a apresentação sobre a  
233 situação hídrica das bacias do Baixo e Médio Jaguaribe, destacando que o Estado do Ceará  
234 em 22/05/2017, possuía 2,34 bilhões de m<sup>3</sup>, que representa 12,56% da sua capacidade total  
235 de acumulação que é 18,64 bilhões de m<sup>3</sup> e que de 01/01 a 22/05/2017 os 153 açudes  
236 gerenciados no estado já tiveram um aporte de 1,342 bilhão de m<sup>3</sup>. Destacou os períodos de  
237 menor aporte nos açudes do Ceará foram: o período de 1990 a 1993 cuja média de aporte foi  
238 de 1 bilhão de m<sup>3</sup>; o período de 1998 a 2001, em que a média de aporte foi de 1,38 bilhão de  
239 m<sup>3</sup>. Sendo que o período de 2012 a 2016 foi o de menor aporte histórico, ficando com média  
240 de aporte foi de 0,89 bilhão de m<sup>3</sup>. Em seguida apresentou o boletim com os açudes do  
241 Médio Jaguaribe, destacando o açude Castanhão que no dia 22/05/2017, encontrava-se com  
242 389,55 milhões m<sup>3</sup>, perfazendo 5,81% de sua capacidade, bem como os açudes que estão  
243 secos: Aduato Bezerra, Canafistula, Madeiro, Nova Floresta e Potiretama. Destacou ainda  
244 que considerando todos os açudes a bacia do Médio Jaguaribe encontra-se com 5,35% de  
245 sua capacidade. Apresentou a seguir o calendário de precipitações nas bacias do baixo e  
246 Médio Jaguaribe, destacando que as chuvas ficaram na média ou acima da média histórica  
247 nos meses de fevereiro e março, já nos meses de abril e parcialmente maio ficaram abaixo  
248 da média. Destacou que a previsão da FUNCEME que previa que o Centro-norte do Estado  
249 teriam chuvas na média ou acima da média, enquanto o Centro-sul ficaria abaixo da média.  
250 Padrão realmente observado durante a quadra chuvosa deste ano. Finalizando apresentou  
251 um registro fotográfico da situação atual da perenização do rio Jaguaribe no Baixo e Médio  
252 Jaguaribe. Após a apresentação, o Sr Daniel perguntou quem gostaria de participar da  
253 comissão do CSBH para acompanhar a situação dos municípios? Em seguida foram tirados  
254 os nomes para representar a Comissão para participar das reuniões das concessionárias das  
255 bacias do Baixo e Médio Jaguaribe, ficando representado assim pelo Sr. Bruno Rafael da  
256 Silva de Freitas – Prefeitura de Tabuleiro do Norte; Sr. Joseane Silveira de Morais –  
257 Sindicato dos Trabalhadores (as) Rurais de Pereiro; Sr. Daniel Linhares Gonçalves –  
258 Câmara Municipal de Jaguaribara; Sra. Damiana Alves Bruno – Associação Comunitária  
259 dos Assentados de Boa Esperança – Iracema; o Sr. Djavan da Silva Fernandes – Paróquia  
260 Nossa Senhora de Perpétuo Socorro – Potiretama. Ainda como informação o Sr. Cleilson,  
261 lembrou da reunião de Alocação dos Vales do Jaguaribe e Banabuiú para o segundo  
262 semestre de 2017, que vai ser realizada no dia 14 de junho em Iguatu. Finalizando os  
263 trabalhos, e não havendo nada mais a se tratar. O Sr. Daniel declarou encerrada a reunião, e  
264 eu Maria Ley, Apoio do Núcleo de gestão da Gerência de Limoeiro do Norte, lavrei a  
265 presente Ata.